

4. Um olhar sobre os significados da economia na cultura moderno-contemporânea

4.1. A economia como categoria central na experiência cotidiana

Neste capítulo, o que trago acerca da Economia restringe-se apenas ao que foi preciso conhecer para dar conta do objeto de pesquisa escolhido. Ao tratar dos serviços bancários e da relação entre a sua publicidade, valor da moeda e estabilidade econômica no Brasil, é inevitável que alguns conceitos e marcos da história econômica brasileira sejam aqui expostos, mesmo que de maneira célere, a fim de alicerçar a reflexão que se segue no capítulo 5.

Faz-se necessário compreender que o sistema de produção capitalista em que estamos inseridos é uma “forma relativa de uma necessidade absoluta, um modo histórico particular de atender às exigências humanas.” (SAHLINS, 1988, não paginado). Segundo afirma Marx, a produção é a reprodução de “um modo de vida definido” (MARX e ENGLES apud SAHLINS, 1988, não paginado). Assim o sistema de produção que rege uma dada sociedade seria a sua forma própria – e construída culturalmente – de apropriar-se da natureza.

Independente do nome que se dê à nossa sociedade moderno-contemporânea – sociedade de consumo, do sonho, “pós-moderna” – em sua estrutura estão conceitos fundamentais à sua formação. São eles: Estado, indivíduo, economia e historicismo. Em análise concernente ao presente trabalho cabe aqui explorar melhor apenas as ideias de indivíduo e de economia. Podemos afirmar, assim, que essas são as principais categorias nativas de nossa sociedade contemporânea, regida pelo sistema capitalista de produção. Ambas as categorias nascem no século XVIII e fundam a nossa sociedade.

Para entender a categoria indivíduo devemos recorrer a Simmel (2006) e Dumont (1985). Segundo Simmel há duas revoluções individualistas na história do Ocidente, que resultam em dois tipos de indivíduos: a primeira revolução individualista teria sido uma revolução quantitativa ou numérica (de *singleness*), fruto do Iluminismo, visando o homem em sua universalidade, o que corresponde à concepção do indivíduo como um cidadão livre e autônomo, destacado do todo social. A instauração do individualismo de *singleness* tem como marco a Revolução Francesa, quando se consolidam os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade. Já a segunda revolução individualista, promovida por meio do

ideário romântico do século XIX, corresponde, segundo o autor, ao individualismo de *uniqueness*, e diz respeito à dimensão de excepcionalidade e singularidade do indivíduo moderno. O que importava agora não era mais ser um indivíduo livre como tal, mas ser um indivíduo singular e insubstituível. (GARCIA; COUTINHO, 2004)

Para Dumont (1985), o indivíduo seria uma construção social e ideológica própria de nossa sociedade, assim como se dá com a economia. Ele afirma que “nosso sistema de valores determina toda a nossa paisagem mental” assim que surgem as condições de existência da economia e da sociedade contemporânea como a conhecemos, dá-se também o surgimento do conceito sociológico conhecido como indivíduo.

Dumont ao falar do indivíduo está pensando em um objeto fora de nós e em um valor. É necessário de saída distinguir duas coisas. Uma delas é a existência de um sujeito que fala, deseja, age, uma amostra particular da espécie humana que encontramos em todas as sociedades. A outra é um ser independente, autônomo, portador de qualidades supremas, separado da sociedade, um valor moral que encontramos entre nós. O primeiro existe em qualquer parte, o segundo é parte da sociedade moderna. (...) Assim, temos noções de indivíduo como ser moral e circunscrito a uma determinada sociedade e indivíduo como sujeito empírico de características universais. (...) A ideologia moderna da Sociedade Industrial é, tipicamente, individualista. O ponto chave, no caso, é a ideia do indivíduo como unidade social relevante, como elaboração ideológica ou como valor moral. (ROCHA, 1995b, p. 129)

Referente à economia, cabe esclarecer que desde a Antiguidade temas como produção e distribuição estiveram presentes nas discussões sociais. Mas considera-se a publicação de *A Riqueza das Nações* de Adam Smith em 1776, o marco da fundação da ciência econômica, em seu sentido atual, reconhecida como uma área de conhecimento autônoma. Nesta obra, está assim conceituado o termo economia, na época conhecido como economia política.

Economia política, considerada um ramo da ciência do estadista ou do legislador, propõe dois objetos distintos: primeiro, suprir renda ou produtos em abundância para o povo, ou, mais apropriadamente, possibilitar que provenham tal renda ou provento por si sós; e segundo, suprir o Estado ou *Commonwealth* com uma renda suficiente para os serviços públicos. Ela se propõe a enriquecer tanto o povo quanto o soberano. (SMITH, 2003)

Uma outra obra que nos ajuda a entender essa categoria fundadora de nossa sociedade é o livro *A Grande Transformação*, de Karl Polanyi (2000). A partir da análise de dados históricos, o autor busca entender as origens de nossa época, como propõe no subtítulo do livro. Apesar de parecer natural, “a economia

de mercado é uma estrutura institucional e sempre nos esquecemos disto, que nunca esteve presente, a não ser em nosso tempo (...).” (POLANYI, 2000, p.54).

Neste contexto, com a Revolução Industrial, nasce o que podemos chamar de “sistema de mercado”, com as características descritas no trecho reproduzido abaixo:

A Revolução Industrial foi apenas o começo de uma revolução tão extrema e radical quanto as que sempre inflamavam as mentes dos sectários, porém o novo credo era totalmente materialista, e acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais. (...) numa sociedade comercial, começou a tomar corpo a ideia de um mercado autorregulável. (...) a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. (...) todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ele deve ser vista como resultante de uma venda. Os preços devem ter a liberdade de se autorregular. É justamente esse sistema autorregulável de mercados o que queremos dizer com economia de mercado. (POLANYI, 2000, p.58, 59 e 60).

Tem-se o hábito de classificar as sociedades anteriores à sociedade de mercado como primitivas, devido ao sistema econômico que adotavam, considerando que as mesmas seriam apenas

(...) mero prelúdio da verdadeira história da nossa civilização, que começou, aproximadamente, com a publicação da Riqueza das Nações em 1776. (...) As diferenças que existem entre povos “civilizados” e “não civilizados” foram demasiado exageradas, principalmente na esfera econômica. (...) a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. (POLANYI, 2000, p.64)

Nas sociedades tribais, por exemplo, a relação com os bens produzidos se dá por outras lógicas, como reciprocidade e redistribuição, não necessariamente ligadas à economia, mas a outras estruturas sociais, capazes de garantir o funcionamento do sistema. Assim, podemos afirmar que “a necessidade de comércio ou de mercados não é maior do que no caso da reciprocidade ou da redistribuição.” (POLANYI, 2000, p.73).

Resgatando Aristóteles, que identificou a domesticidade da atitude de ganhar dinheiro, classificada como *money-making*, Polanyi (2000) distingue a “produção para o uso” – própria da sociedade ocidental anterior ao século XVIII e das ditas sociedades primitivas – da “produção visando o lucro” – a que vivenciamos em nossa sociedade moderno-contemporânea. “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico.” (POLANYI, 2000, p. 77). Assim, a economia, se afirma como fator preponderante para o convívio social, antecedendo qualquer

outro critério. Talvez por isso seja um dos componentes da economia – o consumo – o termo que dá nome à nossa sociedade – Sociedade de Consumo – para estudiosos como Baudrillard (2008).

Polanyi é muito enfático quando fala sobre a tecitura dos processos ocorridos em boa parte da civilização mundial durante um período de meio século (1879/1922), onde foi detectada “uma intrigante similaridade no padrão dos acontecimentos.” Capitalismo, mercado autorregulável, Revolução Industrial e rupturas políticas alteraram a face do mundo. Tudo empurrado para compartilhar um processo de produção de valores que passam a ditar novas regras de existência na sociedade e na cultura. (ROCHA, 1995b, p.119)

Para Polanyi (2000) são componentes da indústria – desse novo sistema social – bens, trabalho, terra e dinheiro. Para cada um deles há um mercado e seu respectivo preço. Para os bens, os preços são de mercadoria; para o trabalho, o salário; para terra, o aluguel e para o dinheiro, juros. Podem-se entender o trabalho e o dinheiro como mercadorias, mesmo que não mercadorias reais, pois não são produzidas para venda efetiva no mercado. Fazendo referência ao tema de minha pesquisa, a mercadoria que o banco estaria propagando em suas peças publicitárias seria na verdade o acesso ao dinheiro, e ao que ele pode comprar: o acesso ao consumo.

A partir do que Beaud (apud ROCHA, 1995b) chama de “capitalismo”, a sociedade passa a se submeter ao domínio econômico autônomo. Desde os primeiros indícios da Revolução Industrial, parece ser uma de suas principais marcas o conceito e a prática produtivistas, onde todos rumam a um destino certo e obrigatório: enriquecer. Como vimos até aqui, a nossa sociedade moderno-contemporânea foi a responsável pela invenção do econômico.

Assim, naquele século [XVI], um quadro articula burguesias bancárias e mercantis, com suas fortunas, bancos e redes financeiras, os Estados nacionais capazes de conquistar e dominar e, finalmente, uma visão do mundo valorizada da riqueza e do enriquecimento. São pré-condições muito significativas para um olhar moderno e retrospectivo, que sabe os movimentos posteriores do capitalismo industrial. Esta movimentação embrionária, do século XVI, é o capitalismo mercante, onde reconheceremos, mais tarde, uma face verdadeira do “capitalismo”, propriamente dito. (BEAUD apud ROCHA, 1995b, p. 116)

4.2. Moeda, inflação, estabilidade econômica e monetária

Símbolo da economia, a moeda é algo em que precisamos nos deter já que uma das hipóteses a ser verificada nesta pesquisa é se há relação entre estabilidade monetária – ou econômica – e a narrativa publicitária dos serviços bancários.

Antes de tratarmos propriamente desse conceito, convém também esclarecer a diferença que há entre estabilidade da moeda e da economia. São conceitos correlatos, mas que carecem de distinção. Tal diferença pode ser assim esclarecida:

Estabilidade econômica é um termo mais geral, indica que não somente não há inflação significativa como, também, que a economia não está em crise (crise interna, como depressão econômica, e/ou crise externa, como crise do balanço de pagamentos). Valor de moeda estável significa que não há inflação. O poder de compra da moeda se mantém estável. Não diria que as expressões referem-se ao mesmo conceito econômico, mas certamente são conceitos correlatos.¹

Assim, podemos entender que temos moeda estável quando o poder de compra da moeda se mantém preservado ao longo do tempo. Em outras palavras, refere-se ao controle dos preços em determinada economia. Isso porque quando há inflação, sabemos que o poder de compra da moeda se deteriora com o passar do tempo. Com isso, por exemplo, o mesmo salário que no dia 5 conseguiria cobrir as despesas com as compras do mês, já não poderia fazer o mesmo no dia 20, pela perda de seu poder de compra.

Já estabilidade econômica é um conceito mais amplo que além da estabilidade monetária – moeda de valor estável – contempla também a prevenção de fortes oscilações na atividade econômica – como grandes aumentos ou reduções do PIB – Produto Interno Bruto –, a prevenção do excesso de volatilidade nas taxas de juros e de câmbio, e a manutenção de níveis elevados de emprego.

Esclarecida a diferença entre estabilidade monetária e econômica, podemos passar a nos deter na questão da moeda. No contexto histórico, o uso da moeda – como a conhecemos – em seu início se dá associado às práticas religiosas na Antiguidade, como no caso dos gregos, que estariam tão protegidos quanto mais moedas colocassem em oferenda aos deuses. Para muitos historiadores, as moedas surgiram na Grécia, como símbolo das virgens que, se mantidas nos templos como

¹ Tal explicação me foi passada, por email, em agosto de 2010, pelo economista Victor Prochnik. Graduado em Estatística pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (1979), mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983) e doutorado em Engenharia da Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996). Atualmente é professor associado 2 da Universidade Federal do Rio de Janeiro e integrante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED). Tem experiência nas áreas de Economia e Administração, com ênfase em Organização Industrial e Estratégia, atuando principalmente nos seguintes temas: estudos sobre empresas multinacionais brasileiras, trabalhos em economia da indústria e tecnologia e em estratégia e mensuração do desempenho organizacional.

oferendas, não poderiam cumprir o papel social do exercício da sexualidade e da procriação. Assim, as moedas substituem o valor das virgens nas oferendas aos deuses. Esse seria o primeiro valor simbólico atribuído à moeda.²

“A moeda vale apenas pelo que pode comprar. (...) O poder de compra da moeda é determinado em mercado, em função do livre jogo de trocas entre moedas e mercadorias”. (SENNA, 2001, p.32). Segundo o economista Fernando de Holanda Barbosa (1993), “em qualquer sociedade a moeda é uma instituição básica, pois desempenha as funções de unidade de conta, de meio de trocas e de reserva de valor”.

A capacidade ordenadora das instituições e seu poder de regulação da incerteza associada às trocas individuais concedem possibilidade de generalização de padrões de cálculo e negociação entre os indivíduos. (...) As instituições estabelecidas pretendem-se perenes, pois procuram representar, do ponto de vista público e privado, a confirmação da própria realidade, supostamente equilibrada e estável, que tem a responsabilidade de manter. (HENRIQUES, 1993, p.52)

Entendendo a moeda como uma instituição, vemos que na Idade Média, a reboque da decadência das mais diversas instituições, há um inevitável processo de desintegração da moeda. A economia monetária, nesse contexto, sobrevivia em reduzida escala, contraindo-se, mas não desaparecendo. Manteve-se através de um mínimo de relacionamento com os parques comerciantes da época. “A moeda ressurgiu associada ao crédito e às finanças, tendo o Renascimento constituído um período-chave do desenvolvimento financeiro” (SENNA, 2010, p.43). Esse restabelecimento de um sistema monetário institucionalizado se dá com o advento e fortalecimento das cidades-Estado que, para a maior parte dos historiadores, marca o fim da Idade Média e o início do Renascimento. A filosofia econômica vigente à época – o mercantilismo – exerceria “forte influência sobre as práticas comerciais europeias até o século XVIII.” Segundo ela, “a riqueza nacional estava associada ao estoque de moeda na sociedade”. (SENNA, 2010, p.45). Sabemos que hoje a lógica capitalista financeira não opera mais nessa equivalência exata da emissão de moeda e o estoque de riqueza – metais preciosos – estocada no país.

Cada vez mais a relação social com o dinheiro se dá de maneira ainda mais abstrata, tanto na forma de aferir a riqueza de uma nação – com seus intermináveis

² São muitas as versões sobre a origem da moeda. Esta que apresento aqui é uma das inúmeras versões, e está presente no livro *Na corda bamba*: doze estudos sobre a cultura da inflação. O objetivo de trazer essa versão é o de demonstrar que cabe à moeda simbolizar a equivalência entre valores de naturezas diversas.

e complexos processos contábeis –, quanto nas transações financeiras diárias de cada indivíduo. Dinheiro de plástico – cartões de débito e crédito – e transferências de valores que são apenas números piscando em nossas inúmeras telas, presentes nos caixas eletrônicos, celulares e internet, são algumas das representações do dinheiro que nos cercam em nosso cotidiano. Tais relações financeiras sem lastro, as chamadas emissões fiduciárias³ (SENNA, 2010, p.62-68), nas quais se baseia hoje o sistema bancário de nossa sociedade moderno-contemporânea, exige que haja uma relação de confiança. Ou seja, é preciso acreditar que aquele número exibido em nossa tela, ou que o número impresso como saldo no extrato de nosso banco, possa ser devidamente convertido em espécie quando precisarmos dele.

Ora, se a moeda “apresenta-se como principal instituição de uma economia de mercado moderna” (HENRIQUES, 1993, p.54); e se instituições equivalem à confirmação da realidade, a fim de que seja estabelecida – e mantida – a ordem social, quando falamos de estabilidade monetária no Brasil, é inevitável que se trate do tema inflação. O economista Fábio Sá Earp (1993), por exemplo, afirma que a inflação é “um fato cultural central para o processo de modernização do Brasil.”, o que faz com que a nossa modernização tenha cobrado um preço elevado de nossa sociedade. Para o economista Ricardo Henriques, “a inflação (...) desestrutura (...) as referências de ordem da sociedade” (HENRIQUES, 1993, p.49). Inflação seria, assim, “um desequilíbrio entre o produto e a demanda agregada, e que se manifesta monetariamente por meio da alta generalizada e continuada de preços” (PRADO, 1993, p.168). De maneira mais aprofundada, entendemos inflação como

³ Há diversos sistemas monetários. O sistema que tinha no padrão ou lastro ouro a sua base tornava conversível – parcial ou totalmente – em ouro as moedas-papel em circulação. Atualmente não existem mais sistemas monetários com padrões expressos em termos de metal precioso. Hoje o sistema de moeda é inconversível, sem lastro ou fiduciário. Segundo o dicionário Aurélio, fiduciário é algo “dependente de confiança, ou que a revela”. Neste sistema as notas não são mais conversíveis em metal precioso, embora possam existir reservas metálicas em poder do governo. Essas notas inconversíveis em metal são denominadas papel-moeda ou moeda fiduciária. Hoje não existem mais sistemas monetários conversíveis. Os sistemas atuais são todos de notas bancárias sem conversibilidade em metal precioso. Além da moeda fiduciária, a comunidade econômica também utiliza a chamada “moeda escritural” para realizar suas transações. A moeda escritural ou moeda bancária é representada pelos depósitos existentes nos bancos ou instituições de créditos movimentados por cheques e que se encontrem à livre disposição dos seus depositantes. Representa também uma fonte adicional de meios de pagamentos e permite a liquidação de transações sem necessidade da utilização da moeda emitida pelo governo.

o fenômeno que consiste no aumento contínuo de preços da economia ou, de maneira equivalente, na desvalorização ininterrupta da moeda. Essa desvalorização contínua acaba por criar substitutos próximos da moeda, que começa a perder gradativamente suas funções, até chegar o momento em que a sociedade é obrigada a criar um novo padrão monetário. (HOLANDA BARBOSA, 1993, p.33)

Como dito anteriormente, quando há desvalorização da moeda por muito tempo, recorre-se a substitutos da moeda, ao menos em algumas de suas funções. No caso brasileiro, tal substituto – além das inúmeras mudanças efetivas da nossa moeda – passa também pela solução dos indexadores. Tais medidas geram uma “estabilidade precária”, uma espécie de “ilusão monetária” (ABRANCHS, 1993, p.76).⁴ O que se via no final da década de 1960, era uma indexação generalizada. A correção monetária passava a integrar o cotidiano do brasileiro. Cabe ressaltar que a adoção da correção monetária tinha por objetivo neutralizar os efeitos nocivos do processo inflacionário. “Com a inflação elevada, a moeda nacional foi perdendo suas funções de padrão de valor, sendo substituída pelo dólar ou pelos títulos do Tesouro indexados à taxa de inflação. (...) a moeda brasileira manteve apenas a função de meio de pagamento” (EARP, 1993, p.104).

Passados mais de 25 anos de experiência, a indexação mostrou na prática não ser um substituto adequado para um padrão monetário estável, pois, ao longo do tempo, a correção monetária não foi capaz de evitar as distorções acarretadas pela inflação, além de criar dificuldades de combatê-la. A conclusão a que se chega é que a indexação, como uma instituição que a sociedade brasileira adotou em substituição à moeda, é uma experiência fracassada. A curva de inflação, depois de 1973, passou a ser ascendente, atingindo patamares cada vez mais elevados, e, a partir da “Nova República”, em 1985 virou “samba do crioulo doido”, quando se instalou um processo hiperinflacionário que ainda⁵ não foi debelado. (...) a inflação brasileira é uma doença social provocada pela disfunção das nossas instituições monetárias. (HOLANDA BARBOSA, 1993, p.36)

Outro ponto importante a ser destacado sobre a inflação é que, em geral, a elevação descontrolada dos preços, de forma permanente, se dá pelo concomitante crescimento no volume de emissão de moeda. Sabemos que, desde 1964, quando da criação do Banco Central do Brasil, é esta a instituição responsável, dentre outras funções, pela emissão da moeda. Como banqueiro do Governo, cabe à legislação de cada país definir o relacionamento entre o Banco Central e o

⁴ Em 1964, segundo informações de Fernando de Holanda Barbosa (1993), começa a ser introduzido no Brasil, de forma ordenada, o sistema de indexação. A primeira experiência se deu com a criação das ORTNs⁴ (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional). Em 1965, a indexação, representada pela correção monetária, estendeu-se para os salários e em 1968, para a taxa de câmbio.

⁵ Cabe ressaltar que o artigo foi escrito em 1991, quando efetivamente vivíamos ainda no Brasil o período de hiperinflação, intensificado desde a década de 1960.

Tesouro Nacional. Quanto menos delimitada é essa relação, pode-se observar abuso na concessão de crédito do Banco Central ao Tesouro. Com isso, o Banco Central passa a atuar como “máquina de imprimir dinheiro para o governo” (HOLANDA BARBOSA, 1993, p.36).

No Brasil, o processo inflacionário adquiriu características galopantes após 1980, suscitando novas explicações para a persistência do fenômeno inflacionário e políticas diversas para o seu controle. A atual [1991] crise brasileira, não só econômica mais institucional e moral, passa pela defasagem de expectativas entre o que é possível para o indivíduo e o que é possível para todos os indivíduos. O pessimismo gera um comportamento defensivo por parte dos grupos sociais, que se agarram às aspirações de uma dada participação na renda nacional, aguçado pela ausência de uma utopia que conquiste o imaginário da nação. (PRADO, 1993, p.12)

Mais do que um fenômeno do campo da Economia, devemos entender a inflação como fenômeno social, conforme convite feito pelos organizadores do livro *Na corda bamba* – publicado em 1993 – que buscaram com a publicação uma perspectiva multidisciplinar acerca do tema. E por que considerar a inflação um fenômeno social? Por suas múltiplas implicações sobre a cultura e a sociedade, sobre o cotidiano dos cidadãos e sobre os hábitos dos indivíduos. Depois de sucessivos fracassos no combate à inflação ao longo da História do nosso país, pudemos avaliar como tal fenômeno pode gerar tamanha perturbação na vida privada. E como sua solução também passaria, dentre outros fatores, pela mudança social em relação a valores morais que impactam o valor monetário. Sentimentos e reações como instabilidade, incertezas, desconfiança, desorganização, descrença nas regras formais e sociabilidades abaladas são apenas alguns dos sintomas sociais causados pelo fenômeno inflacionário que se perpetuou na sociedade brasileira por tantos anos. Segundo o antropólogo Rubem César Fernandes (1993),

para (...) a maioria da população (...) que não tem acesso ao sistema bancário, a inflação produz novas formas de solidariedade. As transações com dinheiro passam a ser orientadas por um sistema relacional e por uma descrença nas regras formais que fizeram do dinheiro o carro-chefe do formalismo das sociedades modernas. Verifica-se aqui uma exacerbação dos vínculos de lealdade pessoal, em detrimento das regras de cidadania e em detrimento da responsabilidade individual perante as normas universais. (FERNANDES, 1993, p.10)

A chamada “cultura da inflação” embebe as nossas relações sociais no Brasil. A inflação representa, principalmente na América Latina, um descaso institucional. Assim, a constituição – e consolidação – de uma moeda estável, que

opere como instituição sólida no Brasil, foi uma conquista tão árdua de ser alcançada, e hoje, sustentada.

Nessa desestruturação intensa da ordem, a moeda perde seu poder de signo estabelecido e reconhecido coletivamente como capaz de permitir a interação dos valores e desejos individuais em conformidade com as normas e regras do amálgama social. (...) Enquanto denominador comum para a satisfação das decisões apresenta-se como o véu que seduz os indivíduos e os organiza em torno de sua posse. (...) Entretanto, no momento de crise generalizada de todas as convenções, instituições e regras, que anuncia a quebra catastrófica da ordem, a moeda é despojada desta sua condição de signo (...). (HENRIQUES, 1993, p.57)

Há 16 anos o Brasil implantava o plano Real, e com ele o resgate da estabilidade da moeda, retomando a sua condição de signo, além da busca da estabilidade econômica. Com isso, podemos afirmar que relativamente há pouco tempo temos em nossa moeda – o Real – uma instituição sólida no Brasil, servindo até mesmo de referência para os países vizinhos da América Latina e sendo um dos fatores que trouxe o país a uma retomada do crescimento econômico e superação da recente crise econômica mundial de 2008, ganhando grande projeção internacional. Parece ser viável afirmar que seria também o Real uma das principais condições da estabilidade econômica que hoje vivemos. Mas claro que com monitoramento constante dos índices de inflação, indispensável à manutenção do que foi conquistado. Isso porque velhos hábitos culturais que podem levar ao retorno da inflação ainda permanecem presentes, como o excesso de gastos governamentais.

Segundo Roberto DaMatta (1993), para ser eficaz, o combate efetivo à inflação precisa considerar toda estrutura social, e não apenas os aspectos referentes ao campo econômico.

(...) a inflação é realmente apenas uma das cabeças de um “dragão da maldade” que, tendo mais seis bocas e dentes, precisa ser visto em toda a sua complexidade. Enxergar, portanto, a inflação como parte de um processo maior e mais sistemático, prestando atenção aos seus aspectos sociológicos e simbólicos é um desafio que o “santo guerreiro” em cada um de nós não pode desdenhar. (...) pode-se ler a crise brasileira atual [1991] como sendo um sintoma do colapso de alguns dos nossos instrumentos de autocompreensão. (...) Navegando no seu bojo, aprendemos a desconfiar das soluções fáceis, pois descobrimos, entre tontos e decepcionados, que o Brasil não será salvo nem por um super-homem, nem por uma superideologia ou por um superplano. Adotando essa atitude, quem sabe não começaremos a considerar seriamente a possibilidade de que o Brasil só poderá ser salvo por nós mesmos como grupo e coletividade? (DAMATTA, 1993, p.16-17)

Afirma ainda Roberto DaMatta (1993) que a administração do que é público no Brasil se dá por um viés personalista, que visa beneficiar alguns grupos sociais

em particular, a depender dos interesses do momento. Isso tem origem histórica, e pode ser entendido através de vários pontos. Um deles, por exemplo, foi a maneira com o Brasil pensou a sua modernização no início do século XX quando, diferente de países europeus no século XIX – que pensam a sua modernização a partir de diagnósticos totalizantes – privilegia o domínio da política para guiar as mudanças necessárias. Com a política ganhando centralidade no processo de mudança do país, não precisavam ser alteradas as relações sociais, baseadas na estrutura familiar e personalista. “Tal como o velho malandro que decidiu ser honesto, mas só por malandragem (...) esse é o paradoxo de nossa sociedade” (DAMATTA, 1993, p.19).

Com essa escolha, a nossa tradição política ganha acentuada característica *mudancista*. “E como ninguém pode viver mudando todo o tempo, estamos pagando as consequências desse ‘mudancismo’ irresponsável com uma crise de confiança que *inflaciona* ao limite todo nosso sistema de valores” (DAMATTA, 1993, p.19). Sinais claros desse *mudancismo* podem ser constatados através da profusão de medidas provisórias ou decretos presidenciais, em que foram baseadas muitas das principais decisões do país. Aqui incluídas também as inúmeras mudanças monetárias ocorridas em um curto espaço de tempo de nossa história. Roberto DaMatta (1993) explica essa característica como sendo a nossa eterna “esperança de corrigir o sistema de uma vez por todas”. Tal comportamento social nos causa intolerância a crises e faz com que pensemos que “é mais fácil mudar as regras do jogo do que as práticas sociais; e que é mais econômico liquidar a moeda do que efetivamente discutir o modo pelo qual a nossa economia” opera de maneira personalista. Todo esse contexto impacta o entendimento – e a solução – para o problema da inflação.

Entre nós, desse modo, a adoção de instituições sempre passa pelo encantamento da instauração, pelo entusiasmo dos primeiros momentos e pela terrível desilusão de sua rotinização: o momento em que o novo sistema é apropriado pelas velhas práticas sociais, em vez de ser assim corrigido e modificado, fica imediatamente perdido numa mistura muito nossa de cinismo e desencanto. (DAMATTA, 1993, p.20)

Ainda de acordo com as ideias apresentadas por Roberto DaMatta (1993) “a vida social tem muitas esferas de troca, e cada esfera de troca tem uma moeda”. Assim, o dinheiro seria apenas mais uma delas e, no Brasil, não representaria, segundo ele, um valor absoluto, que o faria sacralizado como costuma se dar nas

sociedades predominantemente capitalistas, o que faz com que seja destruída a “possibilidade de reificação dominante pelo dinheiro, um dos elementos básicos da cultura do capitalismo”⁶. No Brasil, é óbvio que queremos ter dinheiro, mas tal valor de troca pode ser por nós substituído por outras moedas de troca, como amizade, saúde, educação e felicidade; moedas estas de elevado valor social. Assim, a posse do dinheiro não é a única – nem dominante – forma de avaliar e aferir a competência e o sucesso, no caso brasileiro. O que presenciamos é a competição do dinheiro com outras esferas sociais. “Se não tenho essa moeda, vou usar outra.” (DAMATTA, 1993, p.27-28)

Analisando o dinheiro sob a perspectiva de Simmel (2009), a socióloga Neuma Aguiar (1993) diz que o dinheiro é visto “como fator de estabilização que permite a elaboração dos cálculos nas relações de trocas, bem como a sociabilidade. A cultura inflacionária seria uma variação da cultura do dinheiro”. Em sua “filosofia do dinheiro”, Simmel (2009) analisa a cultura derivada da circulação da moeda e afirma que o dinheiro tem um significado psicológico. Para Simmel, o uso do dinheiro constitui um processo de comunicação, já que o dinheiro possibilita o contato com múltiplos agentes. Considerado uma das principais inovações do chamado processo civilizatório, o dinheiro atribui equivalências entre objetos distintos, o que possibilita a constituição de um sistema generalizado de trocas.

A forma dinheiro é criada com a modernização. Quando o processo de transformação dos objetos é artesanal, cada produto é único. Os objetos são uma extensão da personalidade do produtor. Existe uma relação próxima entre produtor e produto. Há maior ênfase no consumo dos objetos do que na sua produção, pois os objetos produzidos pelo sujeito são numericamente limitados. (...) Existe uma aversão pela imprevisibilidade e mutabilidade, características da modernidade. Os objetos são únicos, e as culturas subjetiva e objetiva estão intimamente interligadas. Com o desenvolvimento da economia monetária, da divisão do trabalho e da especialização, os objetos se multiplicam. A subjetividade humana, todavia, é incapaz de absorver a proliferação de estímulos originários da capacidade ampliada da produção. (...) Cria-se a impessoalidade na relação entre sujeito e objeto (...). As relações de trabalho são medidas pelo dinheiro, o que aumenta ainda mais a presença da impessoalidade nas relações sociais e com objetos. (AGUIAR, 1993, p.116)

Ao publicar a *Filosofia do Dinheiro*, em 1900, no alvorecer do século XX, Simmel (2009) afirma que a monetarização da vida moderna foi a decorrência natural da necessidade da substituição de valores antes regidos pelo personalismo,

⁶ Nesta citação, Roberto DaMatta baseia-se nos conceitos de Georg Simmel acerca do dinheiro e da cultura capitalista.

pelos círculos comunitários, simbolizados por instituições como parentesco (família), Igreja e Estado, por algo impessoal, prático e universal como o dinheiro. Com a emergência de uma sociedade urbana e complexificada, o dinheiro tornou-se a mais eficaz expressão da impessoalidade, capaz de estabelecer um convívio harmônico e um relacionamento social que agora envolvia mais de milhões de pessoas. O dinheiro seria, assim, “um medidor das diferenças qualitativas entre as coisas e as pessoas”. É ele que pavimenta o caminho entre a velha comunidade e a sociedade moderna.

Simmel (2009) utiliza, em sua análise acerca da “filosofia do dinheiro”, a mesma perspectiva de Marx, quando afirma, assim como ele, que no desenvolvimento da economia capitalista, preponderam os valores de troca sobre os valores de uso⁷. Quando essas trocas encadeiam-se em seu curso normal, “o dinheiro converte-se num fim em si mesmo, já que o princípio das trocas se universaliza e assume caráter abstrato. O processo torna-se mais distante e abstrato com a emergência do sistema de crédito e a preeminência da tecnologia no sistema de trocas.” (AGUIAR, 1993, p.117). A questão da abstração do dinheiro já foi comentada anteriormente, quanto a sua intensificação em nossos dias. A relação com o dinheiro opera cada vez mais no campo do simbólico, e a moeda, por sua vez, intensifica a sua função de signo. O dinheiro, tangibilizado na moeda, passa a fazer sentido, ganhando significado, quando convertido no processo de consumo em mercadoria – bens ou serviços.

⁷ Faz-se necessário conceituar valor de troca e valor de uso. Para que a troca seja possível, deve haver antes o valor de uso, ou seja, o valor de uso é condição de possibilidade do valor de troca. Inicialmente, a mercadoria é um objeto que, a partir de suas propriedades materiais, tem a propriedade de satisfazer as necessidades do homem. Essa característica é conhecida como valor de uso. Por outro lado, a mercadoria também tem a propriedade de poder ser trocada por mercadorias distintas de si própria ou, em outras palavras, de comprar outras mercadorias. A essa característica chamou-se valor de troca. (...) Desta maneira, pode-se definir a mercadoria como a unidade de dois elementos: valor de uso e valor de troca. Deve-se salientar que o valor de uso é uma propriedade da riqueza independente de sua forma histórica. Não importa qual seja o modo de produção; o homem produz riqueza com o objetivo de satisfazer suas necessidades, seja de forma direta (meio de subsistência) ou indireta (meio de produção). Isto permite a Marx afirmar que ‘os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.’ (Marx, 1988, vol.I, p.46). Já o valor de troca tem sua determinação histórica – mercantil – bastante clara (...) (CARCANHOLO, 1998, p.18-19)
Ainda com base na teoria de Marx, “o valor de troca de uma mercadoria só se define na relação desta com outra” (CARCANHOLO, 1998, p.20).

4.3. Alguns marcos da história econômica brasileira⁸

Até a década de 1560, no Brasil coexistam as práticas comerciais baseadas nas trocas de um produto por outro, mas também já circulavam por aqui moedas portuguesas de ouro, prata e cobre, com a intensificação da ocupação territorial. Em 1693, descobre-se ouro em Minas Gerais, o que incentiva e torna viável que moedas sejam cunhadas na própria colônia.

Um novo capítulo de nossa história bastante significativo do ponto de vista socioeconômico se dá em 1808. Estima-se que tenham aportado no Brasil, junto da família real, cerca de 15 mil pessoas. Com infraestrutura precária, há uma série de desequilíbrios em decorrência disso. A economia que seguia em ritmo lento, mas próspero, por ordem da coroa portuguesa, ganha impulso. Com a chegada da corte ao Brasil a produção de manufaturas em terras coloniais, bem como trocas comerciais com outros países passaram a ser permitidas. À época, o sistema monetário ainda não estava unificado. A fim de dar vazão aos novos gastos públicos necessários para constituir a infraestrutura da colônia, e sustentar a pesada estrutura governamental, funda-se em 12 de outubro de 1808 o Banco do Brasil. “Além de poder emitir, a nova instituição receberia depósitos e descontaria títulos. (...) As cédulas do Banco do Brasil teriam aceitação geral. E não se definiu qualquer limite para o direito de emitir” (SENNA, 2010, p.401-402). O Banco do Brasil nasce de um jogo de troca de favores: o governo necessitava de recursos e havia indivíduos interessados em receber a concessão do governo para explorar a atividade bancária no Brasil. Assim não se teve qualquer cuidado em estabelecer e assegurar, de forma sustentável, a conversibilidade das cédulas emitidas pelo Banco do Brasil. “As emissões foram excessivas, ou seja, processaram-se em ritmo bem superior ao necessário para o bom funcionamento da economia” (SENNA, 2010, p.402), o que gerou a depreciação da moeda brasileira – o mil-réis. Como à época a conversibilidade se dava em metais preciosos, sempre que havia emissão excessiva de dinheiro, começava um movimento de preocupação e

⁸ As bases de minha fundamentação teórica para esse breve resumo histórico da Economia Brasileira, e dos itens que se seguem até o final desse capítulo, concentram-se nos livros de José Júlio Senna – *Política monetária: ideias, experiências e evolução*; Maria Eduarda da Mota Rocha – *A nova retórica do capital*; e no livro *Na corda bamba: doze estudos sobre a cultura da inflação*, organizado por José Ribas Vieira et al. Além de alguns sites e outras referências devidamente apontadas ao longo do texto em notas de rodapé.

desconfiança da sociedade, como medo de não conseguir reaver seus valores por ter acabado o estoque de metal do banco, por assim dizer.

Como agravante dessa situação, em 1821, D. João VI retorna para Portugal, e antes de embarcar, leva consigo as reservas de metal do Banco do Brasil, deixando o mesmo sem lastro para honrar com a conversão de suas notas bancárias. Não só o rei, como também membros da nobreza fazem o mesmo. Diante do ocorrido, o reembolso das notas bancárias foi suspenso para o restante da população que aqui permaneceu. “A experiência brasileira do tempo de D. João VI seria prenúncio do que aconteceria durante longo período de nossa história.” (SENNA, 2010, p.403).

Em 1822, é proclamada a nossa independência, o que não muda em muito a nossa estrutura econômica. Apenas cabe destacar que a partir de então, a arrecadação de impostos agora abastecia o Tesouro Nacional do Brasil, e não mais de Portugal. Mas a estrutura estatal continuou pesada, ou seja, com as mesmas características do período colonial, com mudança apenas do regime político. “Em síntese, com a independência, os brasileiros deixaram de dever obediência ao rei e passaram a devê-la ao imperador.” (SENNA, 2010, p.404). Sem que a emissão desenfreada de moedas fosse interrompida, mesmo depois da independência, e com D. Pedro I à frente das decisões econômicas do país, o Banco do Brasil não resiste e quebra em 1829.

No período de 1836 a 1853, diversas instituições bancárias foram criadas no Brasil. A primeira delas é o Banco do Ceará, um pequeno banco emissor, o que descentraliza a administração das províncias. Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, Pará e Pernambuco seguiram os mesmos passos. No Rio de Janeiro, em particular, surgiram várias dessas instituições, sendo que uma delas, criada por Irineu Evangelista de Souza – o futuro barão de Mauá – ganha o nome de Banco do Brasil. “Circulavam simultaneamente cédulas emitidas por bancos e papel-moeda criado pelo Tesouro” (SENNA, 2010, p.406). Em 1854 estabeleceu-se um novo Banco do Brasil, fruto da fusão de duas grandes instituições privadas: o Banco Comercial do Rio de Janeiro e o Banco do Brasil, antes pertencente ao barão de Mauá. Tal instituição surge como nova entidade oficial, com o exclusivo direito de emissão de papel-moeda do Brasil, restabelecendo o regime de monopólio na emissão. O novo Banco do Brasil nasce com sucursais em diversas províncias, como Rio Grande do Sul, São Paulo, Pará, Pernambuco, Bahia e Maranhão,

disseminando os serviços bancários por mais localidades do país. Tudo isso como consequência de uma reformulação de nosso sistema bancário.

Como instituição pública, o segundo Banco do Brasil, além de emitir, podia receber depósitos e descontar títulos. (...) Desta feita, houve a preocupação de limitar a emissão ao dobro das reservas, ou fundos disponíveis, como na época se dizia. (SENNA, 2010, p.407)

Mas não tardou muito para que o limite de emissão se elevasse, por autorização do próprio governo, do dobro para o triplo das reservas. Assim, o limite à emissão da moeda tornou-se rapidamente letra morta. “De modo geral, a criação da moeda constituía uma contrapartida para a geração de empréstimo. De maneira quase invariável, períodos como o de 1854-1859, de crédito abundante e emissão desenfreada, foram seguidos por crises econômicas.” (SENNA, 2010, p.407).

Com a abolição da escravatura, em 1888, a economia brasileira não estava preparada para operar sem contar com a mão-de-obra escrava. Essa tinha sido a base econômica de todos os ciclos econômicos do país – açúcar, ouro e café – por cerca de 350 anos. Com a proclamação da República em 1889, a aristocracia rural, sem capacitação técnica para continuar operando sem o trabalho escravo, engrossa as fileiras do funcionalismo público. “Formada por quem antes vivia da terra e do trabalho escravo, a elite política daria sustentação ao novo quadro institucional.” (SENNA, 2010, p.410), o que incha mais ainda a máquina estatal, gerando mais despesas, e promovendo ainda mais a emissão monetária desenfreada, a fim de sustentar essa pesada estrutura pública.

Em dezembro de 1890, Rui Barbosa promove uma guinada na política bancária brasileira. Duas instituições bancárias se fundem – Banco Nacional do Brasil e Banco dos Estados Unidos do Brasil – e passam a constituir o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. Tal instituição teria o monopólio da emissão de moeda, lastreada em ouro, na proporção de um terço. E determinou-se que a conversão em ouro só se daria quando o câmbio se firmasse acima de um valor previamente determinado.

O modesto saldo de moeda bancária em circulação no final de 1889 – cerca de 11 mil contos de réis – elevou-se para quase 128 mil contos em um ano. No decorrer de 1890, o estoque monetário total – Tesouro mais bancos – cresceu ao ritmo de 51,7% devido à emissão dos bancos. No mercado de câmbio, a depreciação da moeda nacional observada no final de 1889 experimentou aceleração. (...) Como de ordinário acontece, a política monetária expansionista excitou o meio empresarial e de investidores. Na realidade, o período compreendido entre o fim da escravidão e

a proclamação da República já tinha sido de grande animação. Numerosas sociedades anônimas foram constituídas, ao mesmo tempo em que se aceleraram os negócios com ações de empresas. (...) A expansão monetária associada à criação de bancos privados com direito de emissão deu um impulso extra à atividade econômica e à onda especulativa que já se havia formado. (SENNÁ, 2010, p.411-412)

Somente no ano de 1891 surgiram 313 novas empresas. “O delírio chegara ao ponto de já não haver nomes a dar às novas empresas.” Havia até mesmo quem pagasse “por um título novo, ainda não empregado. Amontoava-se o combustível para o grande braseiro de 1892.” (CALÓGERAS apud SENNA, 2010, p.412). O resultado de todo esse movimento econômico, provocado pela política econômica de Rui Barbosa, foi inflação e depreciação cambial, desorganizando a economia, que antes experimentara uma fase de estabilidade no final do período imperial. O contexto social já era atribulado e complexo por si só: prosperidade econômica nos anos que antecederam o fim do império, o fim da escravidão e o aumento do fluxo de imigrantes. Só esses fatores já seriam suficientes para maior demanda por moeda. Mas, com a reforma bancária do início da República, a situação se agravou ainda mais. Na literatura nacional, esse período – de 1889 a 1892 – do Brasil ficou assim registrado, de forma irônica, por Machado de Assis, em *Esau e Jacó*:

Quem não viu aquilo não viu nada. Cascatas de ideias, de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para se fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares [...]. Todos os papéis, aliás, ações, saíam frescos de eternos do prelo. Eram estradas de ferro, bancos, fábricas, minas, estaleiros [...]. Pessoas do tempo, querendo enxergar a riqueza, dizem que o dinheiro brotava do chão, mas não é verdade. Quando muito, caía do céu. (ASSIS apud SENNA, 2010, p.412)

No período compreendido entre 1892 e 1894, com os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, as revoltas políticas, como a Revolta da Armada, só pioram a situação da economia do país. As emissões de moeda se intensificaram para que pudessem promover a defesa da República frente a essas revoltas. À época, dois grandes bancos são diretamente atingidos pela retração econômica, mesmo depois de ajuda do Tesouro: o Banco do Brasil e o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. Foi então que, em 1892, ambos se fundem e formam o Banco da República do Brasil. Mais uma vez, a pluralidade de bancos emissores é proibida e em 1896 completa-se o ciclo iniciado em 1892 – quando ainda circulavam e eram emitidas notas bancárias de instituições privadas – e temos apenas o Tesouro como emissor. As notas emitidas por outros bancos,

então, em 1896, são destruídas e a circulação monetária no Brasil, finalmente, é unificada. “O estoque total de moeda em circulação caiu pela primeira vez no período republicano.” (SENNÁ, 2010, p.417). Mas, mais uma vez, esse movimento não se sustenta por muito tempo. Em 1897, com a queda do preço do café, o governo se viu obrigado a voltar a acelerar a emissão de moeda.

O Banco da República do Brasil nascera da fusão de duas instituições em dificuldades durante a crise [de 1889]. Por certo, não se firmaram bases sólidas. Com a retração da atividade econômica e o clima de pessimismo instalado em decorrência da política deflacionária de Campos Sales, surgiram novos problemas. Suas portas foram cerradas e reabertas. (...) No decorrer do ano de 1900, a crise se aprofundou. Outras instituições bancárias foram seriamente afetadas. Algumas faliram. O governo não ficou inerte, mas evitou responder à moda antiga, por meio da emissão monetária. (...) O processo de reorganização do Banco da República do Brasil estendeu-se até dezembro de 1905. Na ocasião, a instituição teve o nome alterado para Banco do Brasil. (SENNÁ, 2010, p. 426)

A criação do Banco do Brasil em 1905 tinha por objetivo prestar serviços bancários ao Tesouro e ao governo federal, mas também desenvolver aos poucos as funções de um Banco Central do Brasil. Em 1906, o cenário do sistema bancário era constituído por 27 bancos domésticos e cinco estrangeiros (SENNÁ, 2010, p.427), mas com a emissão monetária monopolizada pelo Tesouro.

Com a Primeira Guerra Mundial – de 1914 a 1918 –, os preços de todos os produtos de exportação – como o café – apresentaram quedas acentuadas, fazendo com que houvesse perda de renda e receita cambial. Apresentam-se também dificuldades para obtenção de crédito no exterior. Esses fatores também acarretam problemas para o sistema bancário brasileiro.

Anos depois, em 1940, o que se dizia era que o Banco do Brasil já se transformara no banco dos bancos – um ensaio de Banco Central –, mas sem deixar de exercer a sua função como banco comercial. Dentre as suas atividades estavam o controle do câmbio e do comércio exterior, influência sobre a oferta bancária, recebimento de depósitos de bancos privados, recolhimento da moeda emitida, financiamento do governo e fiscalização bancária.

A constituição do Banco do Brasil historicamente baseada em acordos e interesses políticos dificultou por muito tempo a instauração efetiva de um Banco Central independente no Brasil. Só mais tarde⁹, no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980, que se deram condições quase impositivas para sua criação. “Foi preciso que o país passasse por uma crise econômica,

⁹ O Banco Central do Brasil se constitui em 1964.

experimentasse uma acentuada alta na taxa de inflação e se visse forçado a recorrer ao Fundo Monetário Internacional para que se começasse a pensar na reforma do sistema.” (SENNÁ, 2010, p.461). Após essa fase, é promovido em meados da década de 1980 e concluído em meados da década de 1990, um considerável avanço institucional. Sem muitas das decisões que compuseram esse avanço, não estaríamos usufruindo hoje dos efeitos da preservação do sucesso do plano de estabilização adotado em 1994. E também estaria inviabilizado o regime de metas de inflação, adotado desde 1999 – quando o Plano Real apresentava sinais de perda da estabilidade monetária. Importante destacar que é este regime de metas inflacionárias um dos principais responsáveis pela estabilidade econômica e monetária que vivenciamos até os dias atuais no Brasil.

Vimos anteriormente que há no Brasil uma politização da economia, com sua origem marcada desde os tempos iniciais de nossa história. Tal politização do campo econômico costuma trazer incertezas aos mais diversos agentes econômicos, que não conseguem enxergar uma constância na perspectiva de seus investimentos.

Desde a década de 1930 até o regime militar, o Brasil é marcado pelo desenvolvimentismo, por promessas de modernização amparadas pelo Estado. Estado este que administra tensões entre as mais diversas frações da elite e acomoda as pressões das camadas populares. Essa linha de conduta político-econômica concretiza-se através da arbitrariedade na definição de normas e valor monetários, o que reforça a politização do processo de acumulação.

Nesse contexto, as palavras de ordem são desenvolvimento, construção e progresso. E este é um valor extremamente presente nas mensagens publicitárias da época, até os idos dos anos de 1964, quando o conceito de progresso assume outra vertente: “bem-estar material obtido mediante o consumo individualizado de produtos industrializados, traduzindo a promessa de modernização em fascínio pela industrialização.” (MOTA ROCHA, 2010, p.31). O projeto desenvolvimentista brasileiro foi responsável pela formação de um mercado consumidor mais amplo e diversificado de bens e serviços industrializados, bem como pela construção e fortalecimento de uma indústria cultural. Nesta perspectiva, o capital age sobre o consumo – e por meio dele – sobre o cotidiano, numa matriz econômica calcada no espetáculo do consumo.

A partir da década de 1950, há no Brasil a implantação de uma indústria de base e construção de infraestrutura que engloba transportes, telecomunicações e energia. Incentivados por esses movimentos os mais diversos setores da indústria nacional – como alimentício, têxtil, cosméticos – modernizaram-se. Houve desdobramentos e consequências também no mercado de trabalho e rendimentos dos trabalhadores. A elite, por exemplo, passaria a ser composta não só por banqueiros e grandes empresários e comerciantes como se dava anteriormente, mas também por pequenos e médios empresários, que souberam navegar nesse novo contexto da economia brasileira. Não apenas a elite foi impactada em sua composição, mas também as camadas médias, que passariam a contar com os novos profissionais, como engenheiros, administradores e publicitários, que precisavam atender às novas necessidades e exigências de uma nova composição econômica emergente. Tal cenário econômico marca a entrada do país numa dinâmica econômica moderna, que permitia a difusão de padrões de produção – e consumo – similar a países desenvolvidos. “Assim, à mudança na estrutura produtiva do país correspondeu à disseminação de novos padrões de consumo.” (MOTA ROCHA, 2010, p.39)

Para 20% da população que compunham as classes proprietárias e médias altas, a concentração de renda permitia o consumo ampliado e diversificado de bens industrializados. Já para os 30% comprimidos entre a base e o topo da pirâmide social, o aumento da massa de salários, o barateamento dos produtos, o mercado de segunda mão e o crédito pessoal acenavam com a possibilidade de compra dos bens de consumo corrente. (HENRIQUE apud MOTA ROCHA, 2010, p.39)

Em 1962, findada a onda de inovações trazida pelos mais diversos investimentos na industrialização e infraestrutura nacionais, instala-se uma crise econômica. Em 1964, com o golpe militar, o padrão de acumulação econômica brasileiro se altera, passando a priorizar a indústria de bens de consumo duráveis, em detrimento da indústria de bens de capital. E é com base nessa lógica que se processa o que ficou conhecido em nossa história econômica como “milagre econômico”. Marcado pelo rápido crescimento do consumo de bens duráveis, pela classe média, acompanhado também – mas em menor escala – pelo aumento de consumo na classe dos trabalhadores, tal modelo de acumulação e crescimento econômicos resistem até 1974. Mesmo com o crescente processo de concentração de renda, todas as camadas sociais eram beneficiadas pelo dito “milagre econômico”, mesmo que de forma desigual.

A expressão [milagre econômico], porém, não é boa, pois o que aconteceu parece perfeitamente explicável. Procurando tirar proveito das reformas, dos ajustes macroeconômicos produzidos pelo governo Castelo Branco, e da capacidade ociosa da economia, tratou-se de promover um substancial aumento da oferta de moeda em termos reais. (SENNÁ, 2010, p.470)

A publicidade aqui ganha ainda maior relevância, por ser o motor que fará girar de forma mais ágil essa nova roda de acumulação financeira, que se beneficia da abertura de linhas de crédito pessoais e da concentração de renda. Crescem as oportunidades, por conta do aumento da renda média brasileira nas mais diversas camadas da população, dada a inserção de vários membros da família no mercado de trabalho e o aumento de crédito. Soma-se às condições expostas, o barateamento de alguns itens devido à sua produção em larga escala; tudo isso somado alavanca o consumo no Brasil. “Ao consumo, coube simular o ingresso do país na modernidade justamente quando essa, em sua acepção mais ampla, estava sendo banida.” (MOTA ROCHA, 2010, p.70). Cabia, então, à publicidade nesse novo contexto, criar demanda desses bens de consumo duráveis, principalmente automóveis.

Uma conjuntura internacional desfavorável – alta nas taxas de juros norte-americanas, padrão que financiava todo o crescimento econômico da América Latina – precipita, no final da década de 1970, uma desaceleração econômica, que tem origem no modelo de acumulação econômico empreendido pelo Brasil durante o chamado “milagre econômico” promovido pelo governo militar. Como os bens de produção não conseguiam acompanhar a demanda de bens duráveis, acelerada artificialmente pela abertura de linhas de crédito e concentração de renda, houve necessidade de lançar mão da importação, o que ocasionou déficit na balança de pagamentos nacional. A médio prazo, a concentração de renda não conseguiu sustentar e fomentar a demanda pelos bens duráveis, não conseguindo absorver a produção do setor, o que gera em dado momento um descompasso entre demanda e produção. Além disso, em meados da década de 1970, as linhas de crédito fartamente abertas outrora, levaram ao limite o endividamento das famílias brasileiras, que ajudava a absorver a produção de bens industrializados. A inflação corroía o poder de compra dos salários e, ao mesmo tempo, o combate à inflação restringia o crédito. Tais fatores, somados à crise internacional e à maneira de acumulação econômica adotada pelo Brasil, encerram o seu ciclo econômico expansivo, inaugurado pela lógica nacional-desenvolvimentista dos

anos 1950, e que se arrastou até o governo militar. Esta ilusão de desenvolvimento e progresso se manteve presente na ordem econômica do Brasil até o final da década de 1980, quando outras lógicas passam a reger as práticas econômicas e os discursos publicitários. Essa mudança nos valores sociais que passam a ter destaque a partir de então – qualidade de vida e responsabilidade social – é reflexo da crise econômica que assola o país nos anos 1980.

Em meio à recessão, o governo buscava livrar o país de tal situação, lançando mão de manobras econômicas, tais como: liberação de preços, desvalorização cambial, política salarial e proteção do mercado interno (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002). Com essas movimentações, famílias, pequenas e médias empresas arcavam com os seus respectivos endividamentos, enquanto grandes empresas beneficiavam-se da proteção do Estado, que visava compensar as perdas das outrora rentáveis aplicações financeiras.

Com a desaceleração econômica, coube à publicidade diversificar o consumo entre as camadas de maior poder aquisitivo, introduzindo novos produtos e fomentando a renovação de modelos. A eficácia da narrativa publicitária se fazia ainda mais essencial, já que o público com real poder de compra era restrito. Tal cenário se complexifica quando as agências de publicidade, bem como tantas outras empresas, priorizavam os ganhos financeiros provenientes da especulação, em detrimento do lucro efetivo proveniente diretamente da operação de seu negócio.

A atividade publicitária antes do Brasil do Real era o segundo negócio de uma empresa de publicidade [...]. O primeiro negócio das montadoras, o primeiro negócio de qualquer segmento da indústria era o mercado financeiro, era o *overnight*. Então veja, [...] você perdia contas, porque você estava voltado muito mais para o mercado financeiro do que para criação da publicidade.¹⁰

A crise financeira dos anos 1980 evidenciou que o progresso brasileiro havia sido sustentado nos anos anteriores em sua maior parte pelo capital bancário, pela especulação financeira. Após o triunfo e queda das indústrias e do capital gerado pela dinâmica produção-consumo, entre os anos de 1950 e 1970, aproximadamente, era a “produção de dinheiro” a partir de ganhos especulativos de uma indústria chamada “banco” e suas aplicações financeiras, que moviam a economia nacional. A partir de então, a imagem do grande capital, representado

¹⁰ Entrevista concedida por Décio Vomero, diretor da Abap, a Maria Eduarda da Mota Rocha, em outubro de 2002.

pelos bancos, passou a ser rechaçada pela opinião pública, constituída em sua maioria pelas classes média e popular desfavorecidas por tal contexto econômico e político que vigia à época. Assim, durante o processo de redemocratização brasileiro, na década de 1980, tais camadas sociais reivindicavam não só maior participação política, como também a sua participação na riqueza nacional.

Para termos real dimensão da multiplicidade de mudanças econômicas que vivemos no Brasil, a década de 1980 foi marcada pelos seguintes números: 8 programas de estabilização econômica, 15 políticas salariais, 54 alterações de sistemas de controle de preços, 18 mudanças de políticas cambiais, 21 propostas de renegociação da dívida externa, 11 índices inflacionários diferentes, 5 congelamentos de preços e salários e 18 determinações presidenciais para cortes drásticos nos gastos públicos (HENRIQUES, 1993, p.58). Tal instabilidade fragiliza as instituições como elementos de ordem social, e faz com que os brasileiros vivenciem uma constante incerteza, e que haja uma descrença generalizada no poder regulador das instituições. “Os atores sociais brasileiros tornaram-se uma espécie de ser econômico plenamente adaptado ao ambiente inflacionário. Desenvolveram mecanismos de defesa relativamente eficientes, alguns institucionalizados.” (ABRANCHES, 1993, p.80)

Uma dessas mudanças bastante significativas na história econômica do Brasil se dá com Plano Cruzado¹¹. Foram diversas as oscilações na política econômica no governo Sarney, com o Plano Cruzado figurando como “a máxima ousadia (...), inspirado numa concepção nacionalista e distributivista de desenvolvimento.” (MOTA ROCHA, 2010, p. 104). A iniciativa do congelamento de preços – uma das principais bandeiras deste plano, eternizada na figura das *fiscais do Sarney*, representaria um dos fatos mobilizadores das questões relativas aos direitos do consumidor. As *fiscais do Sarney* pretendiam bloquear a estratégia de remarcação abusiva de preços que as grandes empresas promoviam naquele momento, como fator compensatório da perda de rentabilidade nas aplicações financeiras. Fazer dinheiro a partir de dinheiro já não parecia algo tão rentável como antes. Segundo Brasília Sallum (1996)¹², o plano Cruzado foi um projeto político-econômico que, além de mudar mais uma vez a nossa moeda, visava

¹¹ Plano econômico desenvolvido em 1986, no Governo do presidente José Sarney.

¹² Esse é um dos autores aos quais Maria Eduarda da Mota Rocha recorre para embasar a trajetória econômica do Brasil presente em seu livro *A nova retórica do capital*, de 2010.

beneficiar as camadas médias e populares da população em detrimento das classes proprietárias, pretendendo assim inverter a recente atuação do Estado.

Em resposta a esse movimento político-econômico, o chamado grande capital, como forma de boicote ao plano, restringiu os investimentos no país e articulou um discurso comum que associava o capital à democracia recém-conquistada, como podemos ver em trecho de uma campanha assinada pelo “movimento nacional pela livre iniciativa” publicado em revistas de grande circulação como a *Veja* e em veículos especializados, como *Meio e Mensagem*:

Se você deseja que o Brasil seja um país livre, próspero e democrático, deve lutar por (esses princípios). A hora é agora, que a nova Constituição está sendo discutida. (Defendendo a livre iniciativa) você estará defendendo o seu direito de trabalhar, empreender, criar, produzir, determinar suas ideias políticas e religiosas, eleger seus governantes – o seu direito de ser livre. (MEIO E MENSAGEM, n. 254, abr. 1987 apud MOTA ROCHA, 2010, p. 105)

Assim, o capitalismo antes tido como bem-feitor social devido à promessa de modernização nos anos 1950, tentava recuperar a sua boa imagem junto à sociedade brasileira. Cabia a esse movimento um discurso que incorporasse o grande capital, representado por grandes marcas dos mais diversos setores da economia, à sociedade civil. Era necessário um discurso que, de fato, e de forma mais direta, humanizasse efetivamente o capital, permitindo a sua aceitação social novamente, como algo positivo e não devastador.

Em tempos de prosperidade econômica, a equivalência entre bem-estar e consumo sustentava-se e tornava-se real, sob a ótica do progresso e desenvolvimento do país. Mas passados os ditos “trinta anos gloriosos”, de 1950 a 1980, com a crise econômica que assola o Brasil no início da década de 1980, o tão sonhado país de futuro promissor, passa a cair em descrença da sociedade, trazendo desconfiança em relação às promessas da modernização proporcionada pelo capital. O fracasso do plano Cruzado, que havia reacendido as esperanças novamente de que seria possível obter o crescimento econômico a partir e associado ao bem-estar social, traz à tona novamente o pessimismo e frustração do início da década. Para essa sociedade frustrada e desenganada, progresso e bem-estar social não poderiam mais andar par a par. “A promessa de modernização, depois convertida em fascínio pela industrialização, havia perdido muito de seu brilho original” (MOTA ROCHA, 2010, p. 178). Perde-se a crença de que a produção industrial – o capital – seria condição suficiente para o

desenvolvimento e progresso de um país. “O divórcio entre economia e nação é uma tendência cujo alcance mal começamos a imaginar.” (SCHWARZ apud MOTA ROCHA, 2010, p.114)

A frustração social que o Plano Cruzado gerou, configurou um marco em termos de fatores sociológicos da inflação. (...) Houve com o plano uma unidade de expectativa, uma mudança de postura (durante cerca de seis meses) rara no Brasil. (...) O plano em si mesmo levou todos os segmentos sociais e poderes políticos a acreditar que sairiam da inflação sem pagar de alguma forma o custo correspondente. Era uma espécie de “trem da alegria” social. O *timing* relativamente prolongado de sucesso contribuiu ainda mais para esse clima. Nem mesmo o “desabastecimento” verificado a partir de maio fez com que as pessoas descreditassem no plano. As vendas, logo, o consumo, aumentaram, e os empresários viram a necessidade de repor estoques. Da mesma forma, o nível de renda, emprego e arrecadação se expandiram. Em suma, de um só golpe venciam-se e afastavam-se os fantasmas da recessão e da inflação, tudo a um custo social e individual zero. O plano, enfim, encaixava-se perfeitamente nos valores sociais, à perspectiva da sociedade brasileira, ao jeito brasileiro de fazer um gol no último minuto. (...) Administrou-se a crise até o final de novembro, quando a inflação voltou a crescer e, com ela, a frustração e a chamada falta de credibilidade. A partir daí todos os planos estariam fadados ao fracasso no momento preciso em que eram anunciados, o que mostra a profundidade do Plano Cruzado. (ZERKOWSKI, 1993, p.136-137)

Mas a iniciativa mais radical até então viria no governo Collor, que adotou medidas muito drásticas. Dentre elas: a substituição da moeda, passando de cruzado novo para cruzeiro; congelamento de preços; bloqueio das aplicações financeiras, conversíveis para cruzeiros apenas após um ano e meio, com juros de 6% ao ano (BELLUZZO apud ROCHA, 2010, p.130). Dentre os objetivos das medidas estão a recuperação da confiança na moeda e o combate à inflação. Mas, a partir de setembro de 1990, no entanto, a inflação voltou a subir, o que fez ruir o Plano Collor. A especulação financeira voltou. Teve fim o controle de preços. Para tentar conter esse fluxo de descontrole e a ameaça de recessão é implantado o Plano Collor II. Mas como manteve o foco apenas no curto prazo, como todos os outros que assim se portaram, também fracassou. Faltava ainda ao Brasil uma política econômica – e monetária – de longo prazo. Paradoxalmente, apesar de uma tendência neoliberal, de abertura comercial, o governo Collor resgata forte intervenção do Estado na economia, só antes vivenciada em situações de pós-guerra. Tal intervenção foi significativamente marcada pelos já citados bloqueio dos ativos financeiros – por exemplo, o confisco da poupança – e do congelamento de preços. O resultado ao final dessas medidas do Governo Collor foram principalmente a redução do nível de emprego e salário.

O plano econômico que se seguiu foi o bem sucedido Plano Real. Iniciado em 1993, ainda no Governo Itamar Franco, e concretizado em 1994, tinha os seguintes pilares (BELLUZZO; ALMEIDA apud MOTA ROCHA, 2010): estabilidade de preços, o que proporciona e incentiva investimentos de longo prazo; abertura comercial e valorização do câmbio, que imprime a necessidade de qualificação dos competidores nacionais; privatizações e investimentos estrangeiros reduziram custos e aumentaram eficiência; câmbio flutuante, atraindo poupança interna e gerando investimento doméstico. Mas antes desse ciclo virtuoso planejado pelo plano Real ser efetivamente concretizado em todas as suas diretrizes, o que se pôde constatar foi um período de forte viés antiprodução, consequências da desmobilização da indústria em alguns setores e desnacionalização de outros (COUTINHO apud ROCHA, 2010, p.137). Para frear esse movimento e retomar o crescimento industrial nacional, coube ao governo, a partir de 1995, tomar algumas medidas de cunho desenvolvimentista, mas sem abrir mão da política de estabilização de preços. Para a retomada do crescimento industrial, foram eleitos alguns setores, beneficiados por meio de linhas de crédito e regras específicas voltadas ao comércio exterior. Destacam-se, dentre outros, os seguintes setores escolhidos para usufruir desses benefícios: automobilístico, têxtil, calçados, brinquedos, eletrodomésticos, produtos agrícolas e bens de capital.

Desde o Plano Collor, anunciantes e agências de publicidade precisavam responder a um novo ambiente de mercado, com mais competição e menor crescimento econômico. Com a abertura comercial e o fim da dita “ciranda financeira”, rapidamente setores bancário e automobilístico foram os primeiros a viver a competição com concorrentes estrangeiros. Cabia agora obter o lucro da efetiva eficiência operacional da empresa, e não mais através da especulação financeira. Uma nova perspectiva se desenhava para o setor empresarial brasileiro. A concentração de renda, que se arrastara e se intensificara, desde 1960 até 1980, conseguiu sustentar a demanda e absorver uma produção industrial crescente no médio prazo, mas os efeitos dessa demanda limitada à determinada camada populacional, não conseguiu se expandir e se sustentar no longo prazo. Mesmo com benefícios sociais criados nos anos de 1990, a demanda não conseguiu atingir e sustentar os patamares esperados pelo Governo e pelo mercado, não

conseguindo manter o *boom* de consumo observado nos primeiros dois anos após implantação do Real.

Dentre outros fatores, a estabilidade econômica traz à sociedade mais consciência do valor do dinheiro, o que por certo tempo retrai o consumo. Além disso, ao contrário do ocorrido na recessão dos anos de 1980, a do início dos anos de 1990 traria “alterações no consumidor que são definitivas [...] Antes, a confiança no Brasil fazia os indivíduos esquecerem rapidamente o período de aperto (MEIO E MENSAGEM, novembro de 1992)”. O que presenciamos no início de 1990, é que autoestima do povo brasileiro não se recuperaria tão rapidamente com novas promessas de progresso. Para recuperar essa confiança perdida, e elevar o consumo, o capital precisava parecer desinteressado para obter a boa vontade da sociedade.

A prosperidade do Real não podia sobreviver à sua própria armadilha: a utilização das taxas de câmbio e de juros para conter a inflação prolongou-se muito além do desejável, para deter uma fuga de capitais que adviria da percepção de que o governo brasileiro vivia uma situação fiscal delicada. (...) o aumento da carga tributária e privatizações renderam 3% do PIB no biênio 1998-1999 e deram sobrevida ao Real (BELLUZZO apud MOTA ROCHA, 2010, p.147)

Soma-se ao contexto interno exposto na citação acima, o cenário internacional, com as crises asiática e russa, que reduziram a disponibilidade de recursos, fazendo com que o governo respondesse à essa crise globalizada com a elevação da taxa de juros. Mesmo com essa e outras medidas, o déficit público excedeu a previsão em 1998 e foi necessário recorrer ao FMI para repor as reservas do país. No mesmo ano, após a reeleição, Fernando Henrique Cardoso (FHC) imprimiu políticas de redução de custos públicos a fim de evitar que tal cenário desfavorável voltasse a acontecer. Em 1999, seguindo a tendência mundial, há a adoção do câmbio flutuante, o que desvaloriza o Real. Desde então, a ameaça da inflação acima dos padrões desejados e previamente estabelecidos, permaneceu sob controle, mas em contrapartida, enquanto durou o Governo FHC, não presenciamos novamente no Brasil marcas expressivas e relevantes de um crescimento econômico.

A seguir, o que pretendo é demonstrar, de maneira resumida, três ciclos econômicos marcantes da economia brasileira, quando nos concentramos no fator estabilidade do valor monetário no Brasil. Relembro que uma das hipóteses a ser verificada em minha pesquisa é se a narrativa publicitária dos serviços bancários

acompanha, de alguma forma em sua linguagem, temas e produtos propagados, os ciclos de estabilidade monetária – ou econômica – do País. O que pretendo é verificar se a moeda como valor cultural e social estável impactaria a narrativa publicitária dos bancos. Para que tal análise se dê a partir de uma grade temporal, opero com três ciclos monetários brasileiros, que seriam:

- De 1834 a 1942: durante mais de um século, tivemos como moeda o real (réis; mil-réis; conto de réis – equivalente a 1.000 mil-réis).

Seu nome é derivado do real, a unidade monetária de Portugal nos séculos XV e XVI. Sobre a trajetória dessa moeda, já foram apresentados anteriormente muitos detalhes sobre a política econômica e monetária que a impactava não só em seu valor econômico, como também em seus valores cultural e social.

- De 1942 a 1994: em apenas cinquenta e dois anos, tivemos sete moedas diferentes:

- **Cruzeiro** - de 1 de novembro de 1942 a 13 de fevereiro de 1967

O Cruzeiro – também conhecido como Cruzeiro "antigo" – foi a primeira moeda a utilizar os centavos no Brasil, sendo que esta moeda foi emitida em substituição ao padrão Mil-Réis, em vigor durante o período colonial, a monarquia e também durante boa parte do período republicano.

A inflação acumulada em consequência principalmente dos impactos da 2ª Guerra Mundial no Brasil, fez com que fosse necessária essa nossa primeira – de muitas – reformas monetárias, onde três zeros são cortados.

- **Cruzeiro novo** - de 13 de fevereiro de 1967 a 15 de maio de 1970

Por conta da alta da inflação acumulada em especial nos anos de 1950 e de 1960, houve a necessidade de readequar a moeda. Dentre outros efeitos, a inflação acumulada gerava transtornos de ordem prática, como no caso do processo contábil, impactado por somas e valores cada vez mais vultosos por conta do descontrole monetário. Por isso, uma das medidas dessa mudança monetária foi o corte de mais três zeros, além dos já cortados com a mudança dos mil-réis para o Cruzeiro no período anterior.

Assim, em 1967 cria-se uma moeda transitória: o Cruzeiro Novo. Valendo o equivalente a 1.000 Cruzeiros "antigos", era transitória, já que se destinava à circulação até que fossem produzidas as novas cédulas do Cruzeiro – moeda que seria adotada pelo Brasil –, o que só ocorreria em 1970, quando as cédulas emitidas pela Casa da Moeda do Brasil, finalmente, entraram em circulação.

Assim, a implantação do Cruzeiro Novo – e do Cruzeiro – é fruto da reforma econômica promovida no final do governo do marechal Costa e Silva, e continuada por Castelo Branco. Tal reforma tinha por objetivo humanizar a política econômica, que apresentava um alto índice de ociosidade. “O objetivo principal deixou de ser trazer a inflação para baixo, passando a ser recuperar a economia. A ideia era fazer o país crescer rapidamente.” (SENNA, 2010, p.468) Essa seria a missão que deveria ser cumprida pelo novo ministro da Fazenda, Delfim Netto. Sob sua gestão, essa época – que vai de 1968 a 1973 – ficou conhecida como milagre econômico. Anteriormente já nos detivemos em explicações mais demoradas acerca desse período da nossa história econômica.

▪ **Cruzeiro** - de 15 de maio de 1970 a 28 de fevereiro de 1986

Podemos considerar que o Cruzeiro – com apenas dezesseis anos de permanência como moeda do Brasil – é a moeda mais duradoura dos últimos quarenta anos em nossa história, antes do advento do Real em 1994.

Neste período apenas conclui-se o processo de mudança monetária, iniciado em 1967, com a criação da moeda transitória – o Cruzeiro novo. A equivalência da moeda é de um pra um, ou seja, 1 cruzeiro novo vale 1 cruzeiro. Assim, aqui os únicos eventos que se dão são a troca efetiva do nome da moeda de Cruzeiro novo para Cruzeiro e o início da circulação das cédulas da nova moeda criada. Não há cortes de zeros e outras medidas, já dadas no período anterior.

▪ **Cruzado** - de 28 de fevereiro de 1986 a 15 de janeiro de 1989

▪ **Cruzado novo** - de 15 de janeiro de 1989 a 15 de março de 1990

Sobre o Plano Cruzado – que deu origem à nova moeda em 1986 –, julgamos que já nos referimos anteriormente o suficiente, entendendo esse momento como um marco para a mudança na sociedade brasileira em sua relação com a moeda como valor social.

Sobre a criação do Cruzado novo, cabe ainda rápida explicação. Como a alta da inflação não dava trégua, em janeiro de 1989, surge o Plano Verão, e com ele uma nova moeda: o Cruzado novo. O Cruzado perde três zeros. Os preços são congelados por tempo indeterminado. Salários e demais remunerações são convertidos em Cruzados novos, prevalecendo, nesse caso, o mais elevado entre dois valores: o corrente ou a média real do ano de 1988. O governo se comprometera que, no campo fiscal, gastaria apenas o que arrecadasse. Por isso, alguns órgãos públicos foram fechados, e tarifas públicas ajustadas, para que se

mantivesse a coerência com a promessa. Mas, mesmo com essas e outras medidas, os resultados não foram satisfatórios. Tanto o governo, quando as estratégias de combate à inflação estavam desgastados. E a proximidade das eleições – a primeira direta para presidente desde 1960 – também perturbava o calendário político. Com todo esse cenário, o temor da moratória da dívida externa voltou a existir, o que agravou a crise econômica. (SENNA, 2010, p.483)

Tais pacotes econômicos em questão – Cruzado e Verão – foram um marco para a cultura brasileira, trazendo para sua sociedade descrença e pessimismo, depois de poucos meses de esperança de que tudo iria se estabilizar e que, de uma só tacada, o Brasil seria “resolvido”.

O economista Luiz Roberto Cunha (2009) analisa a relação das medidas econômicas com o campo político no Brasil, como podemos verificar em sua declaração:

Na adoção do Cruzado novo, houve simplesmente um corte de zeros, sem medidas macroeconômicas relevantes. O objetivo era manter o país minimamente organizado para a eleição. Depois, o Collor trocou o nome da moeda para Cruzeiro, sem mudar seu valor, e anunciou uma série de medidas, como confisco da poupança, privatizações e estímulos às exportações. (O GLOBO, 17/08/2009)

▪ **Cruzeiro** - de 15 de março de 1990 a 1 de agosto de 1993

Sobre o Plano Collor, que deu origem à nova moeda – o Cruzeiro – também já nos detivemos em comentários anteriores. Mas cabe ainda aqui ressaltar que “O chamado Plano Collor atacou o saldo da riqueza financeira, mas, de concreto, nada fez para conter o ritmo de emissão monetária primária.” (SENNA, 2010, p.484). Assim, constatamos que erros na condução de nossa economia se repetem desde a época colonial. E que, por repetir esse erro, dentre outros fatores, o Plano Collor não conseguiu driblar a inflação como prometera. Tanto que, em 1990, com o consumo arrefecido e a atividade econômica sofrendo as consequências negativas das medidas do governo, lança-se mão do Plano Collor II, que promove novo congelamento de preços e salários, mas que também não é bem sucedido.

▪ **Cruzeiro real** - de 1 de agosto de 1993 a 1 de julho de 1994

A nossa moeda perde, com a criação do Cruzeiro Real, mais três zeros. A adoção do nome real tinha, segundo alguns economistas (O GLOBO, 17/08/2009), o objetivo de provocar um efeito psicológico positivo de volta às origens, depois que o Plano Collor havia deixado na sociedade brasileira

verdadeiros traumas, gerados pelo confisco da poupança, ocorrida durante o Plano Collor I, e que por alguns anos pairou como uma ameaça sempre à espreita.

Montado de maneira gradual – e não às pressas, com vistas ao curto prazo e ganhos imediatos, como todos os anteriores – inicia-se em 1993 a mudança que nos levaria ao Plano Real. Assim, a população teve tempo de ser preparada para essa nova guinada na economia – e por consequência – na dinâmica social dos brasileiros.

Nessa época, já se encontrava definida a linha central do Plano Real. O novo programa tomou por base a antiga proposta de moeda indexada. Era a ideia de desindexação pela indexação plena. Não se falava, porém, de duas moedas. A estratégia envolveu apenas manter separadas duas funções de uma mesma moeda. Numa primeira fase, o real funcionou somente como unidade de conta. Nessa etapa, compreendida entre final de fevereiro e 1º de julho de 1994, recebeu o nome de Unidade Real de Valor (URV). E não existiu fisicamente, motivo pelo qual não exerceu função de meio de pagamento. Só passou a ter poder liberatório quando se iniciaram as emissões. No período mencionado, o país operou sob regime bimonetário. Os pagamentos e recebimentos eram realizados em cruzeiros reais, enquanto a URV desempenhava o já mencionado papel. (SENNA, 2010, p.487)

- Nos últimos dezesseis anos, de 1994 até os dias atuais, temos como moeda o Real.

O Real, aliado à drástica queda das taxas de inflação, constituiu uma moeda estável para o país. Antes da adoção dessa moeda, havia descontrole da inflação, o que gerava instabilidade econômica. O objetivo da adoção do Real era gerar mais confiança na economia brasileira. E a adoção do mesmo nome da primeira moeda do Brasil, faz com que simbolicamente se remeta ao período de estabilidade monetária que o nosso país já vivera durante o período colonial, imperial e parte da República, como se fosse possível retomar àquele momento.

O principal objetivo do plano real fora cumprido, para o que contribuiu uma série de fatores. Primeiro, a ideia de desindexação pela indexação plena mostrou-se altamente eficaz. Segundo, a comunicação com o público funcionou adequadamente. Terceiro, a apreciação da moeda nacional nos meses iniciais do plano deu grande impulso à formação de expectativas inflacionárias favoráveis – o real nasceu forte, como já dissemos. Quarto, a política monetária foi fortemente restritiva. (...) Além disso, dois outros fatores essenciais precisam ser destacados. Primeiro, a credibilidade do regime de metas [inflacionárias] e do próprio Banco Central aumentou. (...) O segundo fator teve a ver com a substancial melhora dos fundamentos da economia, em particular no tocante ao setor externo. A partir da segunda metade de 2006, o Banco Central deu início a uma estratégia de compra sistemática de reservas internacionais. Em meados do ano seguinte, o volume acumulado tornou-se superior ao estoque da dívida externa total, pública e privada, de média e longo prazo. Com isto, o país passou à posição de credor externo em termos líquidos. (SENNA, 2010, p.492-500)

Para que o sucesso do plano fosse perpetuado, se fez necessário tomar outras decisões que envolviam o Banco Central e as metas inflacionárias, como já apontado anteriormente. Mesmo após o fim do governo FHC, parece que, por primeira vez, o Brasil optava por mudar a sua estratégia política-econômica – e cultural – do *mudancismo* constante para a sustentação de decisões acertadas assumidas e tomadas por governos e equipes econômicas anteriores.

Denominação	Símbolo	Vigência
REAL: Período Colonial até 07/10/1833. Era conhecido popularmente como Réis.	R	até 07/10/1833
MIL RÉIS: Vigorou a partir do Segundo Império.	Rs	08/10/1833 a 31/10/1942
CRUZEIRO: Em 1942, com a inflação durante a 2ª Guerra, o Real vira Cruzeiro e 3 zeros são cortados.	Cr\$	01/11/42 a 12/02/67
CRUZEIRO NOVO: Com a inflação, o poder de compra do Cruzeiro diminui muito e mais 3 zeros são cortados.	NCr\$	13/02/67 a 14/05/70
CRUZEIRO: Em 1970 o Cruzeiro Novo volta a ser chamado de Cruzeiro.	Cr\$	15/05/70 a 27/02/86
CRUZADO: Em 28 de fevereiro de 1986 o Plano Cruzado corta 3 zeros da moeda, que passa a se chamar Cruzado.	Cz\$	28/02/86 a 15/01/89
CRUZADO NOVO: Em janeiro de 1989, o Plano Verão congelou os preços, cria o Cruzado Novo e corta 3 zeros.	NCz\$	16/01/89 a 15/03/90
CRUZEIRO: Em março de 1990, o então presidente Collor bloqueia as aplicações financeiras e a moeda volta a ser o Cruzeiro.	Cr\$	16/03/90 a 31/07/93
CRUZEIRO REAL: Em agosto de 1993, a moeda fica sem 3 zeros novamente e vira Cruzeiro Real. Nos 11 meses de sua existência, o cruzeiro real acumulou uma inflação de 3.700%.	CR\$	01/08/93 a 30/06/94
REAL: Em julho de 1994, o presidente Itamar Franco cria o Real, cujo plural é Reais. Antes que entrasse em circulação, passou vigorou uma unidade de conta, não de troca, chamada URV - Unidade Real de Valor, com variação diária. A economia era estimulada a usá-la como referência. Quando a URV chegou a 2.750 cruzeiros reais, a nova moeda, REAL, entrou em vigor.	R\$	entrou em vigor em 01/07/94

Tabela 1: Quadro Resumo das moedas no Brasil – Fonte:

<http://www.educacional.com.br/reportagens/dinheiro/brasil.asp>